

Crescimento pró-pobre em Moçambique:

Evidências a Nível dos Sectores de Actividade Económica

Edson Mazive ^a

^a UNU-WIDER, Helsinki, Finlândia.

Resumo

A economia de Moçambique registou entre os anos de 1993 e 2014 taxas de crescimento económico consideradas altas para o padrão regional e global. Contudo, houve dificuldades em traduzir este crescimento em redução da pobreza. Com uma população predominantemente rural e agrícola, a pobreza incide em maior proporção sobre estes. Será o crescimento deste sector igualmente mais importante para a redução da pobreza? Entre os factores que explicam o baixo impacto do crescimento económico sobre a pobreza em Moçambique destaca-se o alto nível de desigualdade. Neste estudo, analisa-se o efeito do crescimento económico sobre a pobreza e desigualdade do consumo em Moçambique, a nível dos sectores de actividade económica, usando curvas de incidência de crescimento e taxas de crescimento pró-pobre propostas por Ravallion e Chen (2001). Os resultados revelam que houve crescimento do consumo em todos sectores de actividade, quando vistos a nível nacional. Embora desigual na maior parte dos casos, o crescimento foi abrangente, tendo incidido mais sobre os Agregados Familiares (AF's) não pobres, sendo excepção o crescimento verificado a nível do sector agrário. Neste sector, apesar de baixo, o crescimento do consumo incidiu numa proporção maior sobre os AF's pobres, contribuindo desse modo, não só para a redução da pobreza, mas também para a redução da desigualdade entre AF's pobres e não pobres.

Palavras-chave: Crescimento económico; Pobreza; Desigualdade

1. Introdução

Moçambique é signatário da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS são baseados nos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e integram 17 objectivos e 169 metas a serem implementados até 2030. Sendo Moçambique um dos países mais pobres do mundo, a erradicação da pobreza é sem dúvidas um dos ODS mais desafiadores para o país. De acordo com o último relatório nacional sobre pobreza e bem-estar em Moçambique, a taxa de pobreza no país é actualmente estimada em 46,1%, próxima da meta de 40% definida para 2015 pelos ODM (MEF 2016). A meta para 2030 é de erradicação da pobreza extrema, que actualmente é definida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólar por dia (UNDP 2017).

Segundo Bourguignon (2004), o crescimento económico é um instrumento necessário para redução da pobreza mas, contudo, insuficiente. De acordo com McKay e Perge (2009), a desigualdade pode limitar a capacidade do crescimento económico traduzir-se em redução da pobreza, tornando-se assim necessário que esta seja controlada de modo a garantir a eficácia do crescimento económico no combate a pobreza.

Estudos como de Thurlow e Wobst (2006) mostram que a estrutura do crescimento económico desempenha um papel importante para que este se traduza em redução da pobreza. Semasinghe (2016), por sua vez, apresenta como factor determinante da magnitude de redução da pobreza, o grau de participação dos pobres no processo de crescimento económico. A relação entre crescimento económico e pobreza é tida por Kakwani e Son (2006) como complexa e determinada pelos níveis e mudanças na desigualdade.

A análise que aqui será realizada é conhecida como análise de crescimento pró-pobre e procura verificar como é que o crescimento económico afecta a pobreza e a desigualdade entre pobres e não pobres.

Entre os períodos de 1993 e 2014, a economia de Moçambique observou taxas de crescimento económico consideradas altas para o padrão regional e global. Contudo, o país teve dificuldade em traduzir esse forte crescimento em redução da pobreza (Olinto e E. Baez 2016). De acordo com Lledó (2014) o impacto do crescimento económico sobre a pobreza em Moçambique tem apresentado uma tendência decrescente.

A agricultura, silvicultura e pesca são as actividades económicas predominantes em Moçambique e estima-se que cerca de 74,6% da população se encontra a exercer a sua actividade económica neste ramo (INE 2016). Este ramo de actividade é também o que apresenta maior incidência de pobreza e estima-se que 53,9% dos agregados familiares que têm chefes a exercerem sua actividade económica neste ramo são pobres (Castigo e Salvucci 2017).

Neste estudo, analisa-se o efeito do crescimento económico sobre a pobreza e desigualdade do consumo ao nível dos sectores de actividade económica, tendo em vista saber em quais o crescimento económico em Moçambique entre o período de 2008/09 e 2014/15 foi do tipo pró-pobre. Esta análise contribui para uma melhor avaliação dos desafios que devem ser enfrentados para o alcance da meta estabelecida. Segundo Kacem (2013), o crescimento pró-pobre tornou-se condição necessária para políticas de desenvolvimento. Neste sentido, identificar os pobres segundo o sector de actividade económica, verificando em que medida estes foram beneficiados pelo processo de crescimento económico observado no período analisado pode ajudar na identificação de sectores que promovem crescimento pró-pobre.

O tema em alusão tem sido analisado a vários níveis: geográfico, ocupacional entre outros. Tendo como principal motivação as diferenciações na incidência de pobreza e nos níveis de desenvolvimento, a análise de crescimento pró-pobre em Moçambique tem sido realizada a nível geográfico com o objectivo de verificar em qual dos espaços geográficos o crescimento económico mais tem favorecido os pobres. Porém, as diferenças no país em termos de incidência de pobreza são também verificadas a nível ocupacional (veja em Castigo e Salvucci 2017). Neste estudo, motivado pela necessidade de explorar essas diferenças, assim como já vem sendo feito por Ravallion e Datt (1996), Loayza, (2006) e Christiaensen e Kaminski(2015), analisa-se o efeito do crescimento económico sobre a pobreza e desigualdade do consumo a nível dos sectores de actividade económica, a diferentes níveis de desagregação espacial: nacional, rural e urbano. São usados para efeitos de análise os mais recentes dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, sobre ocupação e consumo dos agregados familiares. Esta análise permitirá aferir sobre a forma como se estabelece a distribuição dos benefícios do crescimento económico entre pobres e não pobres ao nível dos sectores de actividade económica.

Ao identificar os sectores em que o consumo dos pobres mais cresceu, espera-se contribuir para estratégias de crescimento económico que acelerem a redução da pobreza. Em suma, este

trabalho poderá contribuir para uma melhor combinação de objectivos de um alto crescimento económico, acompanhados dum redução significativa da pobreza.

A presente pesquisa está dividida em cinco secções. A primeira secção comporta esta introdução. Na segunda, apresenta-se a metodologia adoptada para a realização do trabalho. A terceira secção faz uma análise da evolução da economia, da pobreza e da desigualdade em Moçambique entre os períodos analisados. Na quarta secção analisa-se os principais resultados da pesquisa e na quinta secção apresentam-se notas conclusivas e algumas recomendações de políticas.

2. Metodologia

Para elaboração deste trabalho recorre-se à construção de curvas de incidência de crescimento (GIC- *Growth Incidence Curve*- em inglês) do consumo real per capita (definida como medida de bem-estar) para diferentes sectores de actividade económica (agrário, industrial e de serviços), a diferentes níveis de desagregação espacial (urbano e rural), com base nos dados do IOF de 2008/09 e 2014/15.

Existe um grande debate em torno dos métodos usados para se fazer a análise de crescimento pró-pobre, mas, em termos gerais, a metodologia para este tipo de análise, segundo Son (2007), encontra-se dividida em duas grandes abordagens, a parcial e a completa.

A abordagem parcial serve-se de gráficos para fazer análises de crescimento pró-pobre e esta é baseada em condições de dominância estocástica. Com base na GIC, só é possível determinar a existência de *First Order Dominance* (FOD; em português, Dominância de Primeira Ordem) e isto verifica-se sempre que toda a GIC se encontrar acima de zero (0) para todos percentis da distribuição do consumo, implicando crescimento de todos estes e conseqüentemente redução da pobreza. Verificando-se a FOD, com base na definição de crescimento pró-pobre proposta por Ravallion e Chen (2001), pode afirmar-se que o crescimento é do tipo pró-pobre. Pela definição de Kakwani e Pernia (2000), e seguindo a abordagem parcial, a análise é baseada na inclinação da GIC. Uma GIC negativamente inclinada implica redução da desigualdade relativa, visto que, representa uma situação em que o crescimento dos percentis mais pobres é maior do que dos mais ricos. Por outro lado, uma inclinação positiva da GIC implica aumento da desigualdade relativa, dado que a taxa de crescimento dos percentis mais pobres será menor

do que dos mais ricos. A abordagem parcial tem algumas limitações¹ e este facto faz com que se recorra à abordagem completa que supre estas limitações.

A abordagem completa aplica-se com base em índices e taxas que medem a magnitude de crescimento pró-pobre. O uso de índices e taxas permite estabelecer comparações entre vários processos de crescimento, seja no tempo ou no espaço. Nesse âmbito, Ravallion e Chen (2001) propuseram a *Pro Poor Growth Rate* (PPGR) que mede a taxa média de crescimento do consumo dos pobres entre dois períodos. Este índice é calculado com base na GIC e corresponde a área abaixo dela limitada da origem (ponto zero) até ao percentil da população com consumo inferior a linha de pobreza (*headcount index* (H)- em inglês). A derivação matemática da GIC e da PPGR é apresentada em Ravallion e Chen (2001). A classificação de um processo de crescimento económico como pró ou não pró-pobre com base na abordagem completa consiste em comparar a PPGR com a taxa média de crescimento do consumo da população (g). O quadro que se segue apresenta classificações de crescimento para diferentes possibilidades usando as definições de crescimento pró-pobre de Ravallion e Chen (2001) e de Kakwani e Pernia (2000) baseadas na abordagem completa.

¹ Nem sempre é possível concluir se o crescimento foi ou não do tipo pró-pobre aplicando-se a abordagem parcial, uma vez que ela se baseia numa análise visual que nem sempre fornece uma visão clara do crescimento dos pobres e dos não pobres. Por essa abordagem não é possível também determinar a magnitude do crescimento pró-pobre, impossibilitando a comparação entre dois ou mais processos de crescimento pró-pobre no tempo ou em diferentes espaços geográficos.

Tabela 1: Critérios de avaliação do crescimento com base na abordagem completa

Casos possíveis	Classificação	
	Ravallion e Chen (2001)	Kakwani e Pernia (2000)
I. $PPGR = g < 0$	Decrescimento não pró-pobre	Decrescimento não pró-pobre
II. $PPGR < g < 0$	Decrescimento não pró-pobre	Decrescimento não pró-pobre
III. $g < PPGR < 0$	Decrescimento não pró-pobre	Decrescimento pró-pobre
IV. $g < 0$ e $0 < PPGR$	Decrescimento pró-pobre	Decrescimento pró-pobre
V. $PPGR < 0$ e $0 < g$	Crescimento não pró-pobre	Crescimento empobrecedor
VI. $PPGR = g = 0$	Não há crescimento	Não há crescimento
VII. $0 < PPGR \leq g$	Crescimento pró-pobre	<i>Trickle-down</i>
VIII. $0 < g < PPGR$	Crescimento pró-pobre	Crescimento pró-pobre

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Kakwani e Son (2006); Kakwani e Pernia (2000)

Os casos I, II, III e IV representam situações de decrescimento, uma vez que, em termos médios, o consumo da população como um todo decresce. Temos nos casos I, II e III taxas médias de crescimento do consumo dos pobres (PPGR) e da população (g) simultaneamente negativas, revelando uma situação de decrescimento do padrão de vida não só dos pobres, mas também da população como um todo. Todos estes três casos (caso I, II e III), são classificados como de decrescimento não pró-pobre pela definição de Ravallion e Chen (2001) pelo facto da PPGR ser negativa, o que se traduz num aumento da pobreza. Pela definição de Kakwani e Pernia (2000), os casos I e II são classificados como de decrescimento não pró-pobre pelo facto de em termos médios, o decrescimento do consumo dos pobres ser na melhor das hipóteses igual ao da população (caso I), o que se consubstancia no aumento da desigualdade relativa entre pobres e não pobres (e neutralidade da desigualdade entres estes na melhor das hipóteses-caso em que a $PPGR = g$). No caso IV, está representada uma situação de crescimento do consumo dos pobres ($0 < PPGR$) e de decrescimento do consumo da população ($g < 0$). A PPGR é positiva neste caso, o que faz com que este processo seja classificado como

decrecimento pró-pobre pela definição de Ravallion e Chen (2001). Pela definição de Kakwani e Pernia (2000), este processo classifica-se também como de decrecimento pró-pobre dado que o mesmo conduz a redução da desigualdade relativa entre pobres e não pobres.

Nos casos V, VII e VIII temos uma situação típica de crescimento, pois a economia, ou o consumo da população, cresce em média. No caso V em particular, verifica-se uma PPGR negativa, o que se entende pela definição de Ravallion e Chen (2001) como um processo de crescimento não pró-pobre por este não contribuir em termos médios para o crescimento do consumo dos pobres. Este caso é classificado segundo a definição de Kakwani e Pernia (2000) como um processo de crescimento empobrecedor, dado que o mesmo leva ao aumento da desigualdade relativa e absoluta entre pobres e não pobres. Temos nos casos VII e VIII, taxas de crescimento médias de crescimento do consumo dos pobres e da população simultaneamente positivas, revelando uma situação de melhoria do padrão de vida tanto dos pobres assim como de toda população. Ambos casos se classificam como pró-pobre pela definição de Ravallion e Chen (2001). Pela definição de Kakwani e Pernia (2000), o caso VII é classificado como *trickle-down* e representa uma situação em que apesar do consumo dos pobres estar a crescer, este é inferior em relação ao crescimento do consumo da população e se reflete no aumento da desigualdade relativa entre estes grupos. Uma situação de crescimento com redução da desigualdade relativa entre pobres e não pobres é verificada no caso VIII, em que temos em termos médios o consumo dos pobres a crescer a taxas superiores à da economia ou da população como um todo.

O caso VI, representa uma situação em que não há crescimento e, como tal, não há efeito indutor na pobreza ou na desigualdade.

2.1.Dados

Os dados para realização deste estudo provêm de dois inquéritos realizados pelo INE, os IOF de 2008/09 e 2014/15. Estes contêm informações sobre características genéricas, emprego, despesa diária, consumo doméstico, posse de bens duráveis, condições habitacionais, ofertas e transferências recebidas e pagas, receitas de várias fontes, bem como despesas menos frequentes (como propinas escolares e compra de vestuário) realizadas pelos agregados familiares (AF's). No IOF 2008/09 foram inquiridos cerca de 11.000 AF's. No IOF 2014/15 pretendia-se inquirir 11.000 AF's em forma de dados de painel em cada um dos trimestres do período. Porém, os AF's só foram inquiridos no primeiro, segundo e quarto trimestre, tendo

sido obtidas cerca de 33.000 observações. Ambas as amostras são representativas a nível nacional, rural, urbano e em cada uma das onze províncias, incluindo a Cidade de Maputo.

2.2. Variáveis

Para realização deste estudo, fez-se uso principalmente de dados de consumo e emprego constantes no IOF 2008/09 e 2014/15. Com base nos dados de consumo foi construída a variável consumo real per capita, pela divisão do consumo nominal per capita de cada AF pela linha de pobreza total. A variável resultante desta operação denominou-se de consumo real per capita e fornece-nos informação sobre a proporção de linhas de pobreza consumidas, em média, por cada indivíduo a nível do AF. Esta medida de bem estar é usada neste trabalho, seguindo a metodologia já usada nos trabalhos de Arndt, James e Simler (2006) e Calder (2006). Usando os dados de emprego, procedeu-se à agregação da variável categórica ramo de actividade em sectores: agrário, indústria e serviços.

A análise implicou a escolha de um sector de actividade que fosse representativo para cada AF. Neste âmbito, definiu-se o sector de actividade do chefe como representativo dado, o papel que este desempenha em cada AF, principalmente em países de renda baixa como Moçambique².

² Os chefes do AF são na maioria dos casos os que garantem o sustento da família. Embora se aceite a existência de casos em que estes desempenhem um papel diferente deste, essa assunção não deixa de ser razoável para países como Moçambique.

3. Crescimento económico, pobreza e desigualdade de consumo em Moçambique

3.1. Crescimento económico em Moçambique

Uma análise sobre a experiência de crescimento económico de Moçambique entre 1992 e 2012 feita por Masha e Ross (2014) mostrou que o crescimento económico foi considerável entre os períodos analisados, apesar das quebras devido as cheias de 1995 e 2000. Segundo os autores, o desempenho económico verificado na primeira década do período analisado deu-se sobretudo pelas medidas de liberalização do mercado e políticas de privatização tomadas na altura. Na segunda década, o crescimento foi impulsionado em grande medida por investimentos realizados em megaprojectos. A análise feita neste trabalho, surge num contexto em que o crescimento económico do país continua ainda sendo impulsionado pelos investimentos realizados em megaprojectos que, segundo Xiong (2014), pouco contribuem para a redução da pobreza, não obstante as consideráveis contribuições que estas têm para o crescimento económico do país³.

A tabela que se segue, apresenta a forma como estão distribuídos os AF's de acordo com o sector de actividade económica dos seus chefes.

Tabela 2: Distribuição dos AF's por sector de actividade económica dos chefes

	População pobre		População não pobre		População total	
	2008/09	2014/15	2008/09	2014/15	2008/09	2014/15
1. Agrário	76,6	70,8	66,9	52,9	71,9	61,2
2. Indústria	3,7	4,2	4,0	5,3	3,8	4,8
3. Serviços	16,3	13,6	25,4	32,1	20,7	23,6

³ A economia nacional recebeu um contributo para o crescimento anual do PIB de 2 a 4 pontos percentuais nos anos em que um mega projecto se tornou operacional no país (FMI, 2011 citado por Xiong, 2014).

4. Sem actividades ⁴	3,4	11,4	3,6	9,6	3,5	10,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cálculos do autor com base nos dados do IOF de 2008/09 e 2014/15

Nota-se que nos períodos analisados, grande parte dos AF's moçambicanos tinham seus chefes a exercer actividade económica no sector agrário e uma parcela menor no sector industrial. Entre os períodos, verificou-se uma redução da proporção da população com chefes a exercer actividades no sector agrário, tendo aumentado a proporção destes nos restantes sectores de actividade. Esse aumento observou-se também relativamente aos AF's com chefes que não exercem nenhuma actividade económica. Quando desagregados em população pobre e não pobre, observa-se que para os dois grupos o sector mais predominante é o agrário e o menos é o industrial. Porém, a proporção de chefes de AF's no sector de serviços reduziu para os pobres e aumentou para os não pobres.

3.2. Pobreza em Moçambique

Partindo de uma taxa de pobreza fixada em 80% em 1990, o quarto relatório nacional sobre pobreza e bem-estar em Moçambique mostra que os níveis actuais de pobreza não estiveram longe da meta definida pelos ODM (MEF 2016)⁵. De acordo com o mesmo relatório, apesar dos níveis de pobreza serem ainda considerados altos, Moçambique destaca-se como um dos países a nível mundial com o registo de uma das maiores taxas de redução da pobreza nas últimas décadas.

A tabela que se segue faz um olhar sobre a incidência de pobreza de consumo a nível dos sectores de actividade económica a nível nacional e desagregados em zona rural e urbana.

Tabela 3: Incidência de pobreza por sector de actividade (%)

Urbano		Rural		País	
2008/09	2014/15	2008/09	2014/15	2008/09	2014/15

⁴ Considera-se para efeitos deste trabalho como sem sectores de actividade, todos AF's cujos chefes não exercem nenhuma actividade económica.

⁵ Uma das metas definidas nos ODM era de reduzir a taxa de pobreza para metade entre o período de 1990 e 2015. Dado que em 1990 a taxa de pobreza no país era fixada em 80%, a meta para Moçambique era de alcançar uma taxa de pobreza para 40% em 2015.

1. Agrário	63,0	62,7	53,7	52,0	55,1	53,4
2. Indústria	47,8	34,7	52,8	46,5	49,5	40,1
3. Serviços	36,4	25,4	52,3	29,1	40,7	26,5
Total	46,8	37,4	53,8	50,1	51,7	46,1

Fonte: Cálculos do autor com base no cálculo de pobreza realizado pela DEEF/MEF e os IOF 2008/09 e 2014/15

Nota-se a partir da mesma que para os períodos analisados, a proporção de pobres no país foi maior no sector agrário e inferior no sector de serviços. Observa-se ainda que entre os dois períodos houve redução da incidência de pobreza em todos sectores de actividade, destacando-se o sector de serviços com uma redução da taxa de pobreza em torno de 14 pontos percentuais. A menor taxa de redução da pobreza medida pelo índice de incidência de pobreza verificou-se no sector agrário, tendo a mesma decrescido de 55,1% em 2009 para 53,4% em 2015.

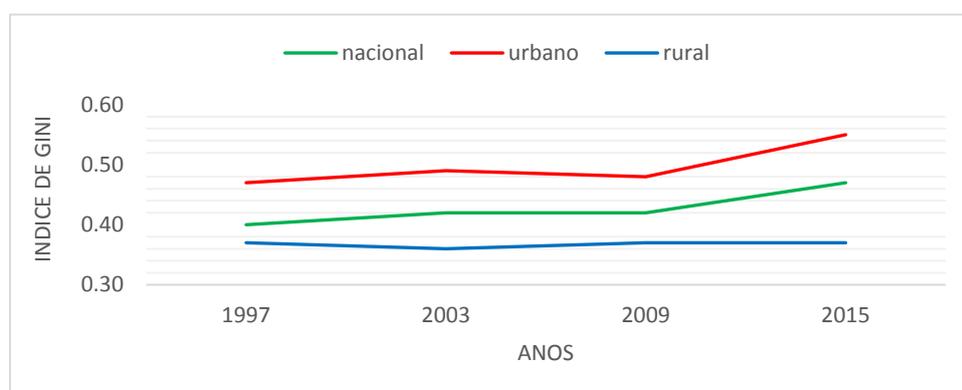
Uma desagregação do país em zona rural e urbana permite constatar que a proporção de pobres no sector agrário foi maior a nível da zona urbana⁶ para os períodos em análise e que nos restantes sectores de actividade económica observou-se uma taxa de pobreza maior na zona rural do que na zona urbana.

3.3.Desigualdade em Moçambique

O gráfico abaixo, faz um olhar sobre a evolução da desigualdade do consumo a nível nacional, urbano e rural entre 1997 e 2015.

⁶O sector agrário é o segundo sector de actividade que mais predomina na zona urbana, depois do sector de serviços e estima-se que cerca de 39% da população urbana, tem os chefes do AF a trabalhar neste sector.

Gráfico 1: Evolução da desigualdade do consumo, 1997-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em MEF (2016:27)

A partir do gráfico, é possível notar que a desigualdade de consumo em Moçambique seguiu um padrão crescente a nível nacional ao longo do período de 1997 e 2015. Contribuiu para essa tendência crescente a zona urbana, que apresentou uma desigualdade medida pelo Índice de Gini de 0,47 para 0,55 em 1997 e 2015, respectivamente. A desigualdade a nível da zona rural manteve-se relativamente estável ao longo do período.

4. Análise de resultados

Com o objectivo de classificar, medir e comparar o crescimento do consumo da população e dos pobres a nível dos sectores de actividade económica entre 2008/09 e 2014/15, apresenta-se nesta secção as GIC's e tabelas contendo informações sobre crescimento do consumo médio da população, variações das medidas de pobreza e taxas médias de crescimento do consumo dos pobres e da população para cada sector de actividade económica a nível nacional, urbano e rural. Os resultados, gráficos e estatísticas apresentadas nesta secção resultam da utilização do comando *gicurve*, que foi instalado e aplicado utilizando o software estatístico STATA⁷.

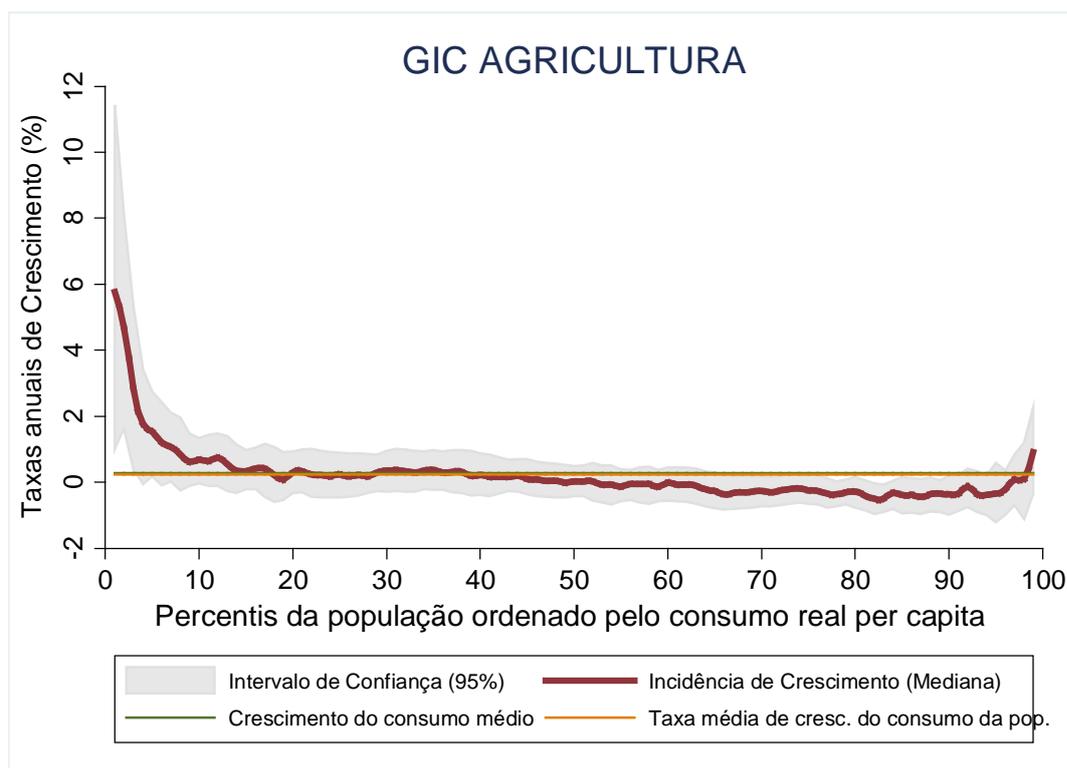
4.1.Crescimento pró-pobre a nível dos sectores de actividade económica

Uma análise gráfica do sector agrário a nível nacional permite verificar que os primeiros percentis da população apresentaram maiores taxas de crescimento do consumo (gráfico 2). Em termos médios o consumo dos pobres neste sector cresceu a uma taxa anual de 0,57%, taxa esta que esteve acima da média anual do consumo da população neste sector que esteve em

⁷ O comando *gicurve* pode ser encontrado em <http://go.worldbank.org/6Z9HFKF9K0>.

torno de 0,21% (Tabela 4). Observa-se ainda que o consumo per capita médio dos AF's neste sector cresceu a 0,22% por ano, saindo dos correspondentes 1,16 para 1,17 linhas de pobreza em 2008/09 e 2014/15 respectivamente (tabela 7 em anexo). O crescimento neste sector é classificado como pró-pobre por ambas definições consideradas neste estudo (ou seja, estamos numa situação conforme ao caso VIII da tabela 1).

Gráfico 2: GIC do consumo real per capita para o sector agrário (2008/09- 2014/15)



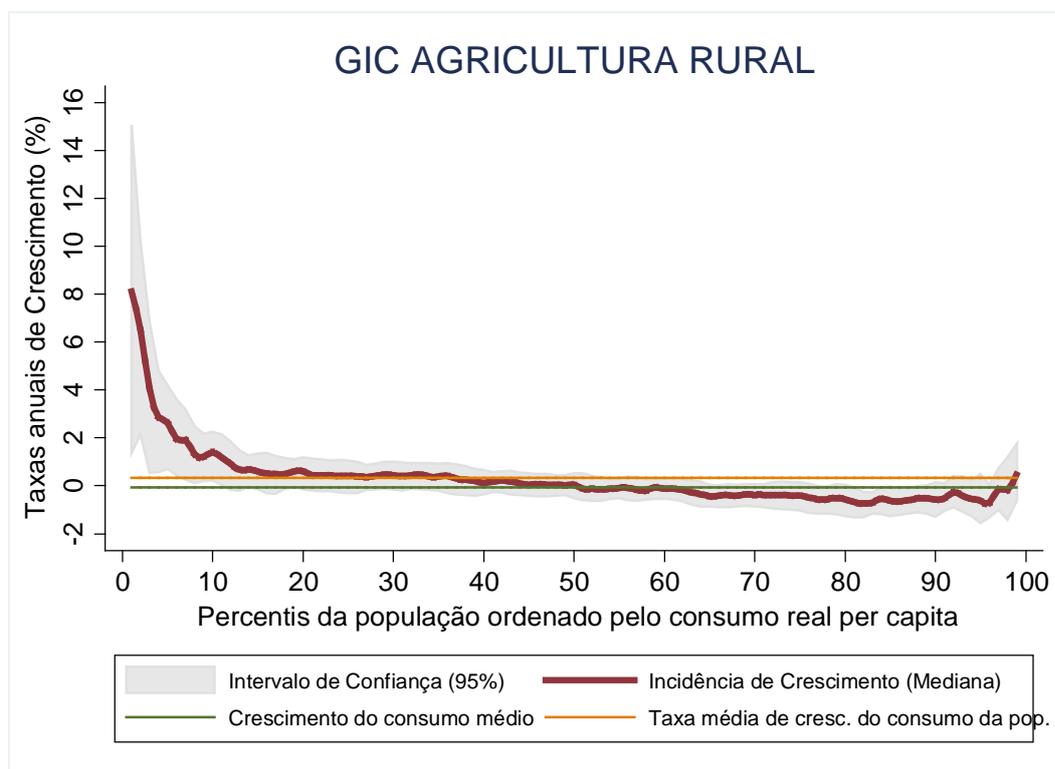
Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

Nos gráficos 3 e 4 são apresentados GIC's do sector agrário a nível rural e urbano respectivamente. O padrão de crescimento verificado a nível rural é semelhante ao observado a nível nacional. A nível urbano, a GIC apresenta um padrão totalmente diferente, verifica-se a este nível uma GIC com uma inclinação positiva. Os primeiros 60 percentis da distribuição do consumo dos AF's no sector agrário urbano, que corresponde ao total da população pobre neste sector a este nível, apresentaram um decrescimento no nível de consumo entre os dois períodos. Neste sector a este nível de desagregação, somente os 25 percentis mais altos da distribuição tiveram um crescimento acima da média, com maior incidência sobre o último percentil. Em termos médios, o consumo real per capita dos AF's decresceu 0,41% ao ano. Os pobres tiveram maior contributo para esse decrescimento, estes decresceram em termos médios

a uma taxa anual de 1,37%, facto que permite concluir que não houve crescimento pró-pobre, independentemente da definição usada. Na definição de Kakwani e Pernia (2000), este decrescimento classifica-se como decrescimento não pró-pobre, uma vez que contribui para o aumento da desigualdade relativa e absoluta entre os pobres e não pobres. O consumo médio deste sector a nível urbano cresceu em 2,13% por ano, partindo de um consumo per capita médio de 1,16 no período inicial para 1,31 no período final (Tabela 7). Este subsector representa, portanto, um caso tipo II conforme a Tabela 1.

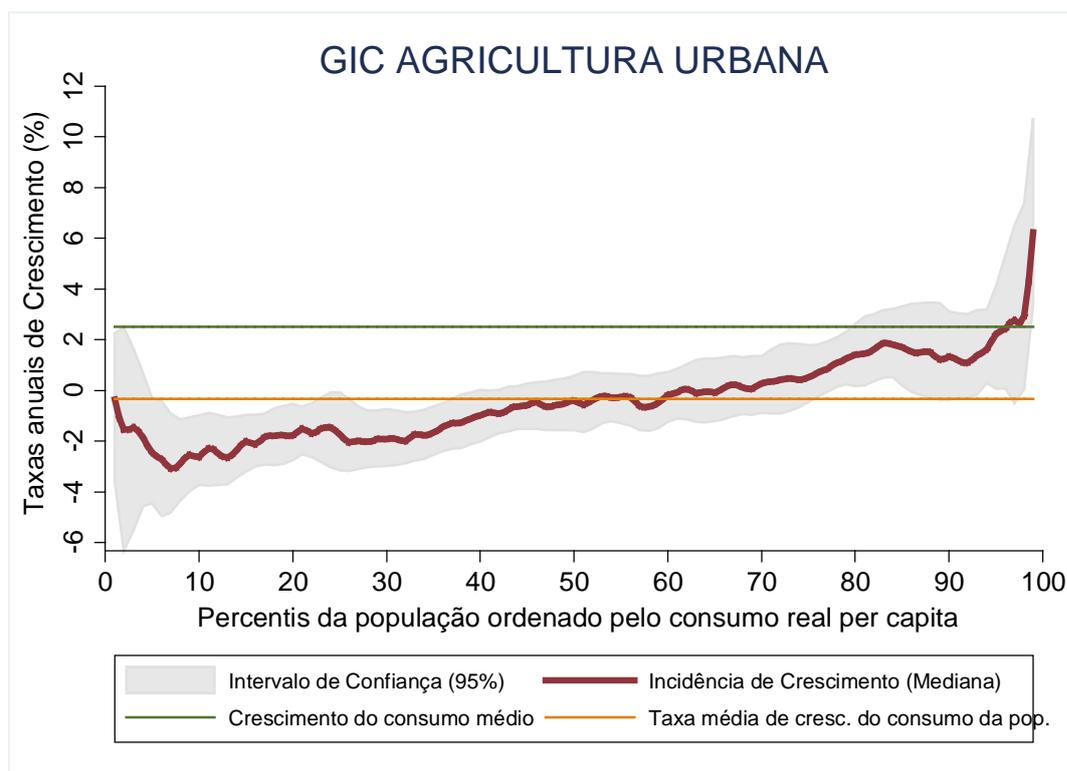
A nível rural, o crescimento classificou-se como pró-pobre para qualquer das duas definições usadas neste estudo, dado que o crescimento dos pobres neste sector foi positivo e superior ao da população que se situaram respectivamente em torno de 0,86% e 0,29% por ano (Tabela 4). Partindo de um consumo per capita médio de 1,16 no período inicial, este decresceu em 0,08% ao ano, passando para 1,15 no período final (tabela 7). Como ocorre a nível nacional, o padrão de crescimento no sector agrário e em áreas rurais corresponde ao caso VIII da tabela 1.

Gráfico 3: GIC do consumo real per capita para o sector pAgrário rural (2008/09- 2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

Gráfico 4: GIC do consumo real per capita para o sector agrário urbano (2008/09- 2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

Tabela 4: Taxas anuais de crescimento do consumo real per capita para o sector agrário a nível nacional, urbano e rural (2008/09- 2014/15)

Sector agrário	Nacional	Urbano	Rural
	Tx. de Pobreza no período inicial (%)	55	63
Tx. média de cresc. do consumo, população (% , anual) (g)	0,21	-0,41	0,29
Tx. média de cresc. do consumo, pobres (% , anual) (PPGR)	0,57	-1,37	0,86
Varição da taxa de pobreza (em pontos percentuais)	-0,67	8,05	-1,41

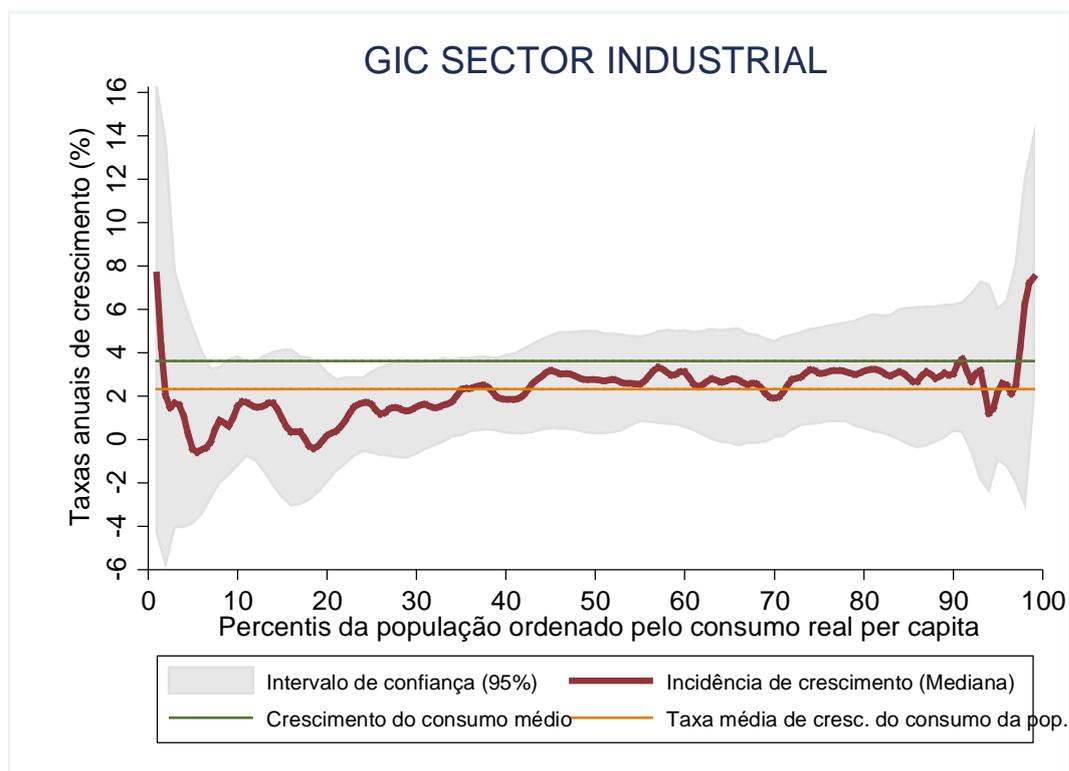
Fonte: Cálculos do autor com base no IOF 2009 e 2015

O gráfico 5 apresenta a GIC para o sector industrial a nível nacional. O padrão da curva revela que o crescimento da população neste sector foi maior para os primeiros e últimos percentis da distribuição. Com uma taxa de pobreza estimada em torno de 54%, os pobres em termos médios registaram uma taxa de crescimento do consumo de 1,61% contra uma taxa média de 2,26% verificado para a população neste sector. De acordo com Ravallion e Chen (2001) este processo de crescimento classifica-se como pró-pobre e seguindo a definição de Kakwani e Pernia (2000) este se classifica como *trickle-down*. Estamos perante um caso tipo VII, conforme a Tabela 1.

A nível urbano, o crescimento do sector secundário incidiu numa proporção maior sobre o percentil mais alto da distribuição. Os primeiros vinte (20) percentis observaram um decréscimo no seu consumo (gráfico 6). em termos O consumo dos AF's pobres cresceu em média a uma taxa de 1,82% ao ano contra 3,40% da população total neste sector. Neste caso, o crescimento é descrito como pró-pobre pela definição de Ravallion e Chen (2001) e como uma situação de *trickle-down* pela definição de Kakwani e Pernia (2000). Novamente, este é um caso tipo VII, conforme a Tabela 1.

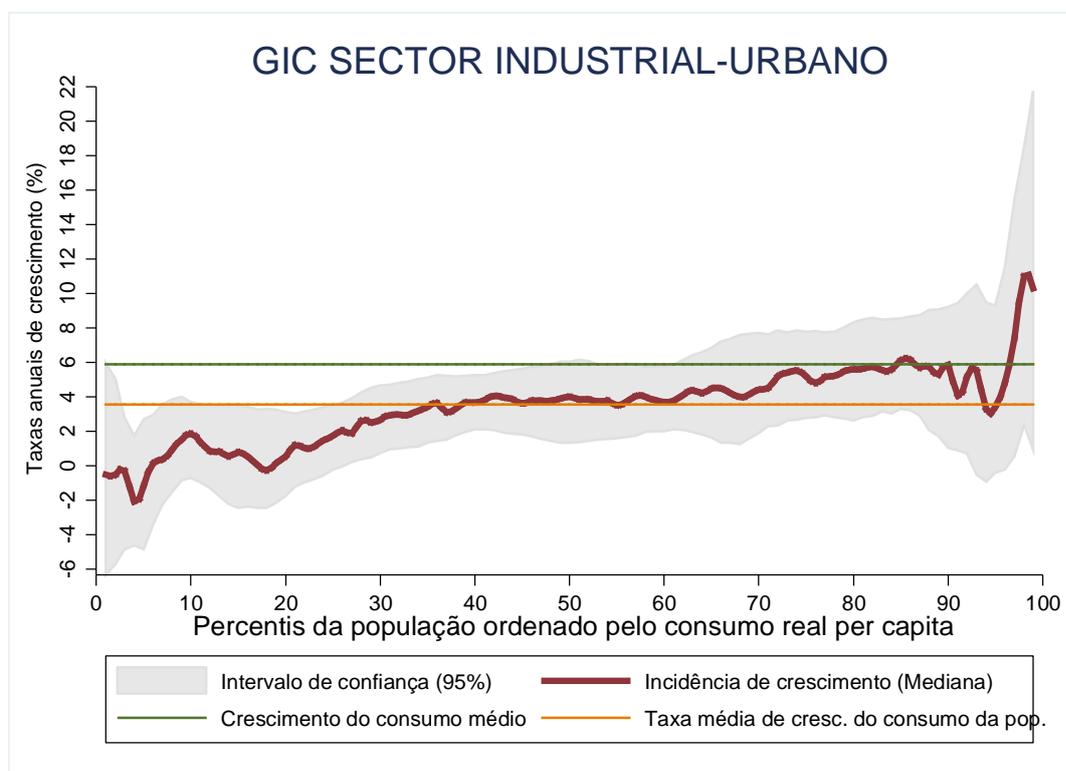
Não foi possível obter a GIC nem as taxas de crescimento do consumo para o sector industrial em áreas rurais. O número de observações necessárias para construção das GIC's deve ser maior ou igual ao número de percentis (cem observações) para cada um dos dois períodos. Ao nível do sector industrial rural encontramos apenas 27 observações para o período de 2009 como mostra o sumário estatístico na tabela 7 em anexo. Por esse motivo, não podemos realizar a análise desejada para este sub-sector.

Gráfico 5: GIC do consumo real per capita para o sector industrial (2008/09-2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

Gráfico 6: GIC do consumo real per capita para o sector industrial urbano (2008/09-2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

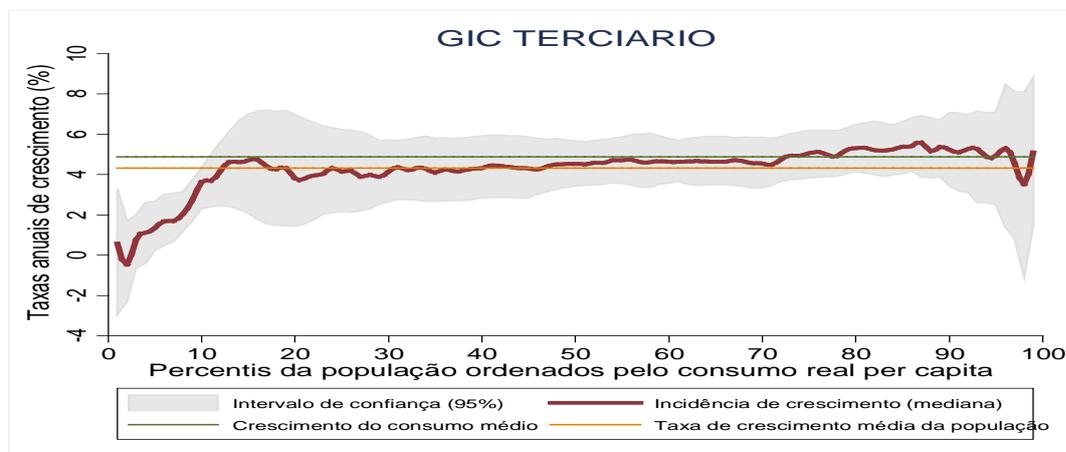
Tabela 5: Taxas anuais de crescimento do consumo real per capita para o sector industrial a nível nacional e urbano (2008/09-2014/15)

Sector industrial			
	Nacional	Urbano	Rural
Taxa de Pobreza no período inicial (%)	49	48	53
Tx. média de cresc. do consumo, população (% , anual) (g)	2,26	3,40	-
Tx. média de cresc. do consumo, pobres (% , anual) (PPGR)	1,61	1,82	-
Varição da taxa de pobreza (em pontos percentuais)	-5,13	-8,5	-3,27

Fonte: Cálculos do autor com base no IOF 2009 e 2015

O sector de serviços a nível nacional apresenta um padrão de crescimento que é classificado como pró-pobre somente pela definição de Ravallion e Chen (2001). Pela definição de Kakwani e Pernia (2000), este crescimento é classificado como *trickle-down* dado que, apesar deste contribuir para a redução da pobreza, uma vez que em termos médios o consumo dos pobres cresce, a velocidade com que estes crescem é inferior a velocidade de crescimento dos não pobres, tendo como implicação aumento da desigualdade entre estes, resultante do processo de crescimento. Mais uma vez, este é um caso tipo VII, conforme a Tabela 1.

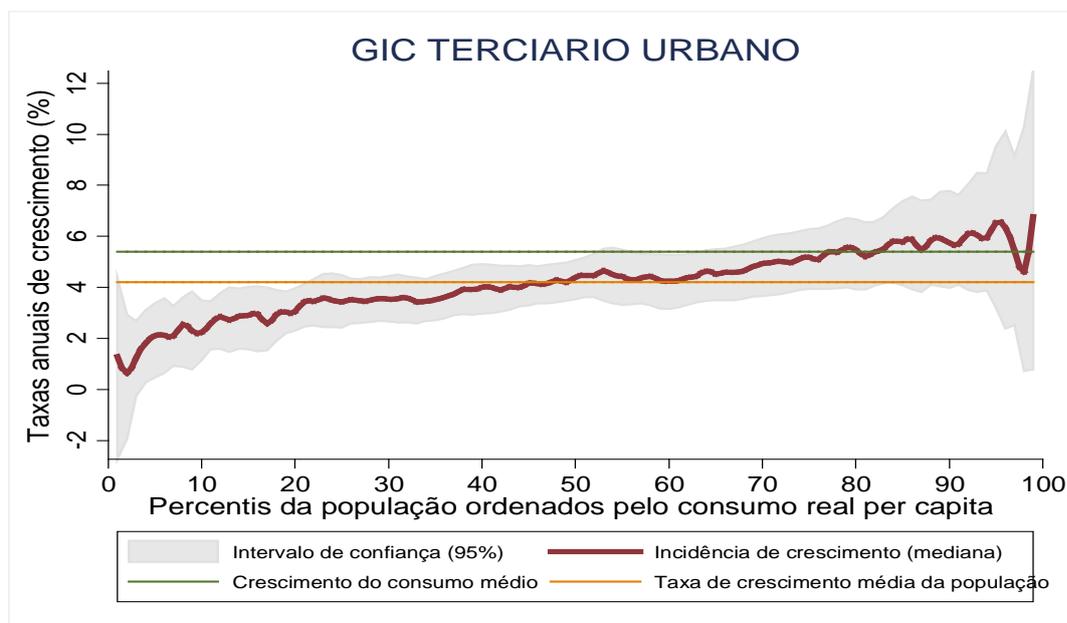
Gráfico 7: GIC do consumo real per capita para o sector de serviços (2008/09-2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

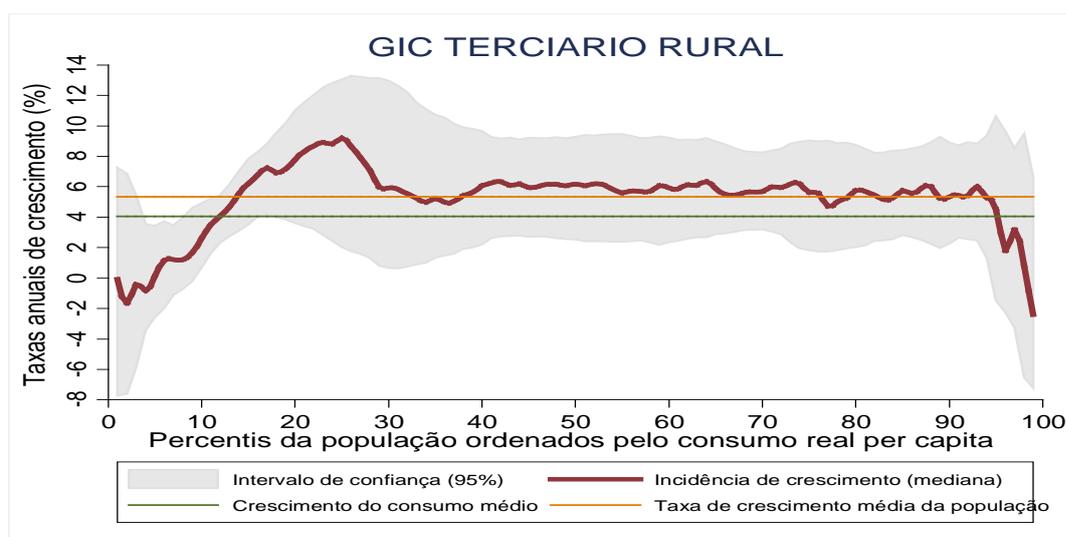
A nível urbano, apesar de não ser classificado como pró-pobre pela definição de Kakwani e Pernia (2000) devido ao seu padrão que beneficia em termos proporcionais mais aos extractos mais ricos da distribuição do que aos menos ricos, tem-se um processo de crescimento em que os benefícios foram absorvidos por todos extratos da população. A GIC apresenta FOD, o que se consubstancia na transição de todos percentis da distribuição de uma situação menos favorável para uma mais favorável, ou seja, a situação de todos percentis do sector de serviços-urbano no período final (2015) é melhor se comparado ao período inicial (2009). O crescimento foi maior para os percentis mais altos da distribuição, tendo os pobres crescido a uma taxa média de 2,87% ao ano contra 4,13% da população como um todo a este nível. Mesmo assim, trata-se de uma situação que está no caso tipo VII, conforme a Tabela 1.

Gráfico 8: GIC do consumo real per capita para o sector de serviços urbano (2008/09-2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

Gráfico 9: GIC do consumo real per capita para o sector de serviços rural (2008/09-2014/15)



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IOF 2009 e 2015

No sector de serviços-rural, parte dos primeiros percentis da distribuição do consumo apresentaram uma queda do nível de consumo entre os períodos analisados (gráfico 9). Em termos médios, o consumo da população cresceu a uma taxa de 5,19% e esta esteve ligeiramente abaixo da média de crescimento do consumo dos pobres (5,23%). O crescimento é do tipo pró-pobre para todas definições de crescimento pró-pobre aqui consideradas.

Tabela 6: Taxas anuais de crescimento para o sector de serviços a nível nacional, urbano e rural (2009-2014/15)

Sector de serviços	Nacional	Urbano	Rural
	Taxa de Pobreza no período inicial (%)	41	36
Tx. média de cresc. do consumo, população (% , anual) (g)	4,25	4,13	5,19
Tx. média de cresc. do consumo, pobres (% , anual) (PPGR)	3,56	2,87	5,23
Varição da taxa de pobreza (em pontos percentuais)	-13,62	-12,48	-17,06

Fonte: Cálculos do autor com base no IOF 2009 e 2015

5. Conclusões e recomendações

Neste trabalho, procurou-se analisar o efeito do crescimento económico sobre a pobreza e desigualdade do consumo em Moçambique a nível dos sectores de actividade económica. Usaram-se para efeitos de análise os dados sobre emprego e consumo do IOF de 2008/09 e 2014/15. Com base nesses dados, foram construídas GIC's e obtidas PPGR propostas por Ravallion e Chen (2001) para cada sector de actividade económica. A classificação do processo de crescimento em pró ou não pró-pobre foi baseada na definição de Ravallion e Chen (2001) e de Kakwani e Pernia (2000).

Conclui-se que em termos médios, o consumo da população e dos pobres a nível dos sectores de actividade económica cresceu entre os períodos de 2008/09 e 2014/15, com excepção do sector agrário-urbano em que se observou um decrescimento do consumo tanto da população assim como dos pobres, com maior incidência nestes últimos. Ainda no sector agrário-urbano, a pobreza medida pelo índice de incidência de pobreza manteve-se praticamente estagnada entre os dois períodos. Há indicações que sugerem para um aumento considerável da desigualdade entre pobres e não pobres, tanto em termos absolutos como em termos relativos a este nível, visto que houve decrescimento do consumo de todo percentil da distribuição correspondente a proporção de pobres em 2008/09 e crescimento nos restantes percentis. Nos restantes sectores de actividade, a todos níveis de desagregação espacial, registou-se um crescimento que contribuiu para redução da pobreza, destacando-se o sector de serviços-rural.

Em termos de melhoria de desigualdade, destaca-se o sector agrário a nível nacional e rural, relativamente ao qual, apesar de ser um dos sectores em que o crescimento do consumo dos pobres e da população foram dos mais baixos, se verificou uma contribuição significativa para a redução da desigualdade. O crescimento do consumo dos pobres a nível nacional foi mais de duas vezes maior do que o crescimento do consumo da média da população. A nível rural, o crescimento do consumo foi ainda maior, cerca de três vezes maior do que a média do consumo da população.

Os resultados deste estudo sugerem que os desafios de redução da desigualdade no país podem ser maiores do que o da redução da pobreza, visto que o crescimento verificado a nível dos sectores de actividade, apesar de ser abrangente, é desigual. Excepcionalmente, a nível do sector agrário, o crescimento para além de ser abrangente, conduz a uma convergência do bem-estar (medido pelo consumo) dos pobres e não pobres.

Para além de apresentar evidências que reforçam a importância que é dada ao sector agrário (primário) para a redução da pobreza no país, este estudo mostra que o crescimento neste sector é virtuoso. Neste âmbito, recomenda-se que se reforce o seu crescimento. Este crescimento, pode ser alcançado através do crescimento do sector industrial, sobretudo agroindústrias e outras pequenas e médias indústrias, que podem contribuir para o aumento da produção e produtividade agrário, através da absorção de mão-de-obra excedentária deste sector.

5.1.Limitações do estudo

A análise aqui realizada teve como implicação a escolha de um sector representativo do AF e esta deveria coincidir com os sectores que mais contribuem para orçamento do AF. Contudo, a não existência de informações na base de dados que fornecem esta informação, fez com que se usasse o sector do chefe como representativo devido o papel destes no AF. Apesar de razoável, tomar os sectores dos chefes como representativos nem sempre satisfaz a condição deste ser o sector mais importante ou que mais contribui para o orçamento familiar.⁸

⁸ Como alternativa, equacionou-se realizar a análise a nível individual. Embora os problemas referenciados acima fossem ultrapassados, incorrer-se-ia num outro problema que se prenderia com a questão de as estimativas do consumo serem fornecidas somente a nível agregado e não individual.

Referências bibliográficas

- Arndt, C., James, R.C., Simler, K.R., 2006. Has Economic Growth in Mozambique been Pro-Poor? *J. Afr. Econ.* 15, 571–602. <https://doi.org/10.1093/jae/ejk011>
- Bourguignon, F., 2004. The Poverty-growth-inequality triangle (No. 125), Indian Council for Research on International Economic Relations, New Delhi Working Papers. Indian Council for Research on International Economic Relations, New Delhi, India.
- Calder, J., 2006. Pro-Poor Growth in Mozambique: An Exploration of its Income and Non-Income Dimensions (Masters Dissertation). Georgia State University, Atlanta.
- Castigo, F., Salvucci, V., 2017. Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique: Uma Análise Baseada no Inquérito sobre Orçamento Familiar - IOF 2014/15.
- Christiaensen, L., Kaminski, J., 2015. Structural Change, Economic Growth and Poverty Reduction, Micro Evidence from Uganda. Banque mondiale, Washington, DC.
- INE, 2016. Inquérito ao Orçamento Familiar- IOF 2014/15: Relatório do módulo da força de trabalho. Instituto Nacional de Estatística.
- Kacem, R.B.H., 2013. Monetary versus non-monetary pro-poor growth: Evidence from rural Ethiopia between 2004 and 2009. *Econ. Open-Access Open-Assess. E-J.* 7, 1–22. <https://doi.org/10.5018/economics-ejournal.ja.2013-26>
- Kakwani, N., Pernia, E. M., 2000. What is pro poor growth? *Asian Development Review*.
- Kakwani, N., Son, H.H., 2006. Pro poor growth: The Asian experience. *World Inst. Dev. Econ. Res.*, Research Paper.
- Loayza, N.V.R., Claudio, 2006. The Composition of Growth Matters For Poverty Alleviation, Policy Research Working Papers. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-4077>

- Masha, I., Ross, D.C., 2014. A experiência do crescimento, o conjunto de políticas macroeconómicas e as instituições de Moçambique, in: Moçambique Em Ascensão Construir Um Novo Dia. Fundo Monetário Internacional, Maputo, pp. 9–28.
- McKay, A., Perge, E., 2009. Spatial Inequality and its Implications for Growth-- Poverty Reduction Relations (PDF Download Available).
- MEF, Ministério de Economia e Finanças-Direcção de Estudos Económicos e Financeiros, 2016. Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional- Inquérito ao Orçamento Familiar- IOF 2014/15.
- Olinto, P., E. Baez, J., 2016. Acelerando a redução da pobreza em Moçambique: desafios e oportunidades (No. 110868). The World Bank.
- Ravallion, M., Chen, S., 2001. Measuring Pro-Poor Growth. World Bank, Development Research Group, Poverty.
- Ravallion, M., Datt, G., 1996. How important to India's poor is the sectoral composition of economic growth? World Bank Econ. Rev. 10, 1–25.
- Semasinghe, W., 2016. Growth, Pro-poor Growth, Inclusive Growth, and Poverty, in: ResearchGate. University of Kelaniya, pp. 431–439.
- Thurlow, J., Wobst, P., 2006. Not All Growth is Equally Good for the Poor: The Case of Zambia. J. Afr. Econ. 15, 603–625. <https://doi.org/10.1093/jae/ejk012>
- UNDP, United Nations Development Programme, 2017. Plataforma Agenda 2030 [www Document]. URL <http://www.agenda2030.org.br/ods/1/> (accessed 8.17.17).
- Xiong, Y., 2014. O papel dos megaprojetos e o seu peso no emprego e no crescimento, in: Moçambique em Ascensão- Construir um novo dia. Fundo Monetário Internacional, Maputo, pp. 29–40.

ANEXOS

ANEXO A

Tabela 7: Sumário Estatístico

Amostra: Sector agrícola								
	Período inicial (2008/09)				Período final (2014/15)			
Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín..	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.14	0.94	0.04	42.72	1.16	2.31	0.00	411.52
Consumo nominal per capita	18.17	16.03	0.47	761.07	29.09	63.64	0.04	10972.65
Linha de pobreza (em Meticais)	15.83	2.93	12.85	29.72	24.56	5.10	19.65	41.70
Número de observações	6779				15656			
Amostra: Sector industrial								
Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx
Consumo real per capita	1.52	1.91	0.12	38.00	1.88	3.22	0.08	101.82

Consumo nominal per capita	31.71	49.91	2.10	1129.25	59.56	122.43	2.59	4092.21
Linha de pobreza (em Meticais)	20.08	5.82	12.85	29.72	29.09	7.22	19.65	41.70
Número de observações	522				1836			

Amostra: Sector de serviços

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.95	3.21	0.07	158.66	2.60	4.65	0.08	249.95
Consumo nominal per capita	40.91	71.91	1.54	4714.70	85.43	176.16	2.68	10045.32
Linha de pobreza (em Meticais)	20.59	5.80	12.85	29.72	30.87	7.28	19.65	41.70
Número de observações	2991				10830			

Amostra: Sector agrário rural

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.15	0.88	0.04	26.54	1.27	6.01	0.02	411.52
Consumo nominal per capita	17.65	13.79	0.47	350.45	40.95	167.09	0.54	10972.65
Linha de pobreza (em Meticais)	15.28	2.44	12.85	22.71	23.63	4.44	19.65	37.60
Número de observações	5029				4172			

Amostra: Sector industrial rural

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.37	1.40	0.12	10.27	2.25	4.10	0.08	101.82
Consumo nominal per capita	21.16	23.30	2.10	188.40	79.81	158.81	2.86	4092.21
Linha de pobreza (em Meticais)	15.30	3.28	12.85	22.71	24.07	4.86	19.65	37.60
Número de observações	86				1370			

Amostra: Sector de serviços rural								
Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.63	2.84	0.21	44.23	2.85	5.28	0.08	249.95
Consumo nominal per capita	25.30	45.10	2.72	697.49	100.99	203.53	2.68	10045.32
Linha de pobreza (em Meticais)	15.34	2.83	12.85	22.71	24.64	5.55	19.65	37.60
Número de observações	380				9091			

Amostra: Sector agrário urbano								
Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.09	1.23	0.05	42.72	1.27	6.01	0.02	411.52
Consumo nominal per capita	21.20	25.25	1.03	761.07	40.95	167.09	0.54	10972.65
Linha de pobreza (em Meticais)	19.11	3.40	16.31	29.72	30.85	4.87	26.66	41.70

1750	4172
Número de observações	

Amostra: Sector industrial urbano

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	1.59	2.13	0.20	38.00	2.25	4.10	0.08	101.82
Consumo nominal per capita	37.08	58.34	4.01	1129.25	79.81	158.81	2.86	4092.21
Linha de pobreza (em Meticais)	22.52	5.30	16.71	29.72	33.37	6.05	26.66	41.70
436	1370							
Número de observações								

Amostra: Sector de serviços urbano

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.	Média	Desvio padrão	Mín.	Máx.
Consumo real per capita	2.08	3.33	0.07	158.66	2.85	5.28	0.08	249.95
Consumo nominal per capita	46.78	78.91	1.54	4714.70	100.99	203.53	2.68	10045.32

Linha de pobreza (em Meticais)	22.57	5.38	16.31	29.72	33.76	6.08	26.66	41.70
Número de observações	2611				9091			

Fonte: Cálculos do autor com base no IOF 2009 e 2015